

Ano XX nº 5630 – 11 agosto de 2017

Termo de compromisso visa proteger empregos e direitos da categoria

O Termo de Compromisso entregue pelo Comando Nacional dos Bancários à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), durante reunião de negociação realizada no dia 08/08, contém 21 pontos que visam a proteção dos empregos e de direitos históricos da categoria, além de resguardar os trabalhadores de ações que podem fragilizá-los ainda mais diante do poder dos bancos.

A Lei das Terceirizações (13.429/2017) e a nova Lei Trabalhista (13.467/2017), recentemente aprovadas, podem interferir nas relações de trabalho e nas negociações coletivas entre bancos e bancários, além de trazer grande prejuízo aos trabalhadores.

No preâmbulo do documento, o Comando Nacional observa que "...vai se apresentar um cenário diferente, que poderá remeter ao que existia antes da Convenção Coletiva de Trabalho Nacional, na qual as regras de relações de trabalho eram pulverizadas entre sindicatos regionais e bancos, dificultando tanto a igualdade de direitos e oportunidades entre os trabalhadores quanto inviabilizando a movimentação de bancários entre locais de diferentes contratos", podendo, desta forma, atingir também os bancos, caso sejam cumpridas à risca as determinações das leis. Ao final do preâmbulo, antes de listar os 21 pontos do termo, o Comando Nacional observa que estes constituem apenas uma proposta, que deve ser tratada em reunião entre as partes.

A próxima reunião entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban será realizada, em São Paulo, no dia 24 de agosto, quando voltam à pauta as negociações sobre a cláusula 62 da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria.

Temer corta 1,1 milhão do Bolsa Família

No Brasil dos retrocessos, mais um dado que joga na lata do lixo todo o esforço de mais de uma década para tirar 36 milhões da miséria extrema. De abril de 2016 a julho deste ano, 1.151.505 famílias foram cortadas do Bolsa Família pelo governo Temer, uma redução de 8,2%.

A estimativa é de que 3,4 milhões de brasileiros ficaram sem a assistência, fundamental para reduzir a pobreza no país. Mas, a tendência deveria ser justamente o contrário. De abril de 2016 para cá, o Brasil ganhou um milhão de desempregados. Diante da política de arrocho do governo, o amparo para que as pessoas não passem fome, o Bolsa Família, está sendo cortado.

Com a redução do programa social, o governo economizou apenas R\$ 773 milhões. Pouco preocupado com quem mais precisa, interessado apenas em pagar os favores às elites, por outro lado, Temer gastou bilhões, dinheiro público, para comprar parlamentares. Uma inversão de prioridades.

Nova forma de assédio moral no Itaú Unibanco

Quando o assunto é assédio moral, o Itaú sempre inova, para pior. A empresa que lucrou R\$ 12,345 bilhões nos seis primeiros meses de 2017 está coagindo os funcionários a serem testemunhas em ações judiciais com a aplicação de um curso, o "E-learning de Testemunhas".

A estratégia é perversa. Sob a desculpa de ensinar os trabalhadores a se portarem nas audiências judiciais trabalhistas, o curso, na verdade intimida os bancários a agirem de acordo com os interesses do banco nas audiências, além de, sornateiramente, mostrar que o empregado não tem chances de vencer o Itaú em disputas trabalhistas.

Isso porque as aulas utilizam conceitos como o "melhor argumento é o que vale" e que o Itaú tem "compromisso com a verdade" para amedrontar os trabalhadores. Ainda mais agora com a aprovação da reforma trabalhista, que pode cobrar os honorários do próprio empregado que não conseguir provar os danos materiais e morais.

Governo sanciona Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018

O governo sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018 com mais de 40 vetos. No texto, os vetos e as exposições de motivos que levaram a eles foram publicados na edição de quarta-feira (09/08) do Diário Oficial da União.

A LDO de 2018 foi aprovada no mês passado pelo Congresso Nacional contemplando um rombo primário nas contas públicas de R\$ 131,3 bilhões para 2018, dos quais R\$ 129 bilhões somente para o governo federal. A LDO também traz uma estimativa de salário mínimo de R\$ 979,00 para 2018, um aumento de 4,4% em relação ao salário mínimo em vigor neste ano, que é de R\$ 937,00.